

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 13 de setembro de 2022 às 08h00
Seleção de Notícias

O Estado de S. Paulo | BR

Pirataria

Falsificações de camisas desafiam times e marcas	3
---	----------

CADERNO 2

Terra - Notícias | BR

12 de setembro de 2022 | Pirataria

Grupo de mídia impede na Justiça venda de pacotes de TV pirata por e-commerce	6
--	----------

12 de setembro de 2022 | Arbitragem e Mediação

Arbitragem online é opção para a resolução de conflitos	8
--	----------

Estadão.com.br - Últimas notícias | BR

Arbitragem e Mediação

26 anos da Lei de Arbitragem: afinal, a arbitragem é uma boa alternativa?	10
--	-----------

AUTOR

Consultor Jurídico | BR

12 de setembro de 2022 | Marco regulatório | INPI

Daniel Zanetti: Apontamentos sobre o Inova Simples	12
---	-----------

CONSULTOR JURÍDICO

Migalhas | BR

12 de setembro de 2022 | Patentes

MIGALHAS nº 5.434	15
--------------------------------	-----------

Yahoo! Finanças | BR

12 de setembro de 2022 | Patentes

OPEX® Corporation continua a fazer valer sua propriedade intelectual ao registrar novas queixas por quebra de patente	25
--	-----------

Falsificações de camisas desafiam times e marcas

CADERNO 2

REPROOÇÃO

Diferenças **Falsificação** é diferente de réplica. Essa segunda é feita com material mais barato, mas com autorização do fabricante do original

MARCIUS AZEVEDO

A imagem da transmissão de tevê fecha em um grupo de dez torcedores. O clube pouco importa, menos ainda o estádio onde tal cena foi exibida para milhares de pessoas. A única certeza é que quatro deles não estão com o uniforme oficial da equipe de coração. No Brasil, 37% das camisas de times comercializadas são falsificadas.

Os números são de um estudo realizado pelo Ipec (Inteligência em Pesquisa e Consultoria) e encomendado pela Ápice (Associação pela Indústria e Comércio Esportivo), entidade formada por grandes empresas do setor de produtos esportivos do mundo, entre elas Nike, Adidas e Puma, responsáveis, por exemplo, pela confecção das camisas oficiais de Corinthians, São Paulo e Palmeiras, respectivamente.

Em 2021, foram vendidos 60 milhões de camisas de times de futebol no Brasil, sendo 22 milhões falsificados. A perda foi proporcional ao lucro. A Ápice informou ao Estadão que o faturamento das empresas com o comércio de produtos esportivos, incluindo nesse montante outros itens, como agasalhos e tênis, foi de R\$ 9,12 bilhões no ano passado. O prejuízo chegou à mesma cifra: R\$ 9 bilhões. Foram comercializados mais de 150 milhões de peças falsificadas.

Só com artigos de futebol o prejuízo foi de R\$ 2 bilhões em 2020, segundo levantamento do Fórum Nacional contra a **Pirataria** e Ilegalidade (FNCP).

O maior inimigo não é aquele vendedor ambulante que trabalha nos arredores dos estádios em dia de jo-

gos. Eles ainda estão presentes com o varal improvisado oferecendo camisas e, claro, conseguem seduzir alguns torcedores, mas têm um alcance pequeno perto do comércio online.

A oferta de produtos esportivos falsificados é monitorada pela Ápice quase que em tempo real, em parceria com uma empresa especializada em comércio digital.

Empresa que é líder de compras online em diversos países asiáticos, como Cingapura e Malásia, e que opera no País desde 2019, a Shopee Brasil está no centro do alvo. São mais de 17 mil vendedores que comercializam produtos esportivos falsificados localizados no

Brasil e no exterior, com mais de 100 mil links e seis milhões de peças em estoque.

"Se você pesquisar por 'camisa da seleção' vai ver até vídeos de fábricas no exterior falsificando essas camisas para colocar na mão do consumidor brasileiro por um preço muito baixo", afirma Renato Jardim, diretor executivo da Ápice.

Processo educacional Para Renato Jardim, é necessário mostrar à população que a **pirataria** não é um crime de menor ofensividade

A camisa da seleção brasileira que vai vestir Neymar e companhia na Copa do Mundo no Catar é vendida pela Nike em duas versões. A de maior preço, definida como modelo torcedor, custa R\$ 349,99. A Supporter, R\$ 249,99. A pirata (descrita como de alta qualidade no Shopee) pode ser adquirida

por 90,99. u mesmo vai para os modelos dos quatro times grandes de São Paulo.

A camisa do Corinthians, idêntica à utilizada pelos jogadores, é comercializada por R\$ 599,99 pela Nike,

Continuação: Falsificações de camisas desafiam times e marcas

com uma versão torcedor por R\$ 249,99. A do Palmeiras, da Puma, custa R\$ 399,90 no modelo jogador e R\$ 299,90, no torcedor. A Umbro tem duas opções para os uniformes do Santos: R\$ 359,90 e R\$ 299,90. Por fim, o São Paulo, da Adidas, vende a sua por R\$ 299,99. Aversão falsificada dos quatro times é entregue, em média, por R\$ 50.

"Como isso (camisa) entra no Brasil e chega na mão do consumidor sem pagar nenhum imposto? A plataforma não poderia deixar ser tomada por pessoas que estão praticando um ato ilícito. Não existe um esforço para identificação e suspensão das ofertas e vendedores como acontece com outras plataformas", comenta Renato Jardim, citando o Mercado Livre como exemplo de combate ao comércio de falsificados. "Os sites precisam ser proativos, ativos e reativos para coibir esse comércio."

SOLUÇÕES. Para Renato Jardim, "não existe uma bala de prata que possa resolver ou mudar drasticamente o cenário da **falsificação** de artigos esportivos", mas ele entende que "medidas conjuntas podem ajudar" no combate ao co-

mércio de camisas piratas.

A política tributária é uma delas. "A diferença de preço entre o produto original e o pirata é um dos elementos que geram essa comercialização em grande escala. A parte relevante do preço do original está na tributação. Você precisa ter uma política tributária adequada justamente por saber que esse produto é alvo de **pirataria**. Quem tem um poder aquisitivo menor também quer ter acesso ao produto", entende Renato Jardim.

Atualmente, sobre a produção das camisas incide ICMS e IPI na saída do estabelecimento que fabricou. Sobre a receita de venda, o fabricante recolhe IRPJ, CSLL, PIS e Cofins. Tudo isso encarece o preço final do artigo esportivo, que é repassado ao consumidor.

Já quem produz o artigo pirata não paga imposto,

muito menos investe em tecnologia e marketing.

"É um desafio muito grande para os clubes baratarem e tomarem acessíveis seus produtos, já que várias medidas dependem do poder público, como, por exemplo, uma concessão de benefícios fiscais, uma diminuição da tributação", afirmou Rafael Marin, advogado tributarista e professor de graduação e pós-graduação em direito tributário.

A diminuição da tributação, acrescentou Rafael Marin, depende de articulação com Estados e União e ainda da aprovação nas respectivas casas legislativas.

Outra questão em que Renato Jardim lança luz diz respeito às leis para aqueles que cometem o crime de **pirataria** contra marcas esportivas. Segundo ele, é necessária uma atualização da tipificação.

"E não estamos falando da tipificação contra o ambulante, o camelô, que ganha uma diária para vender no dia do jogo, nos arredores do estádio", comentou. "São os responsáveis pela atividade. Aqueles que estão por trás do ilícito, algo que está muito bem organizado, produção, distribuição, contrabando quando o produto vem de fora. Precisamos de uma tipificação mais correta com resultados e consequências reais, que façam essa atividade não valer ser cometida."

Segundo a advogada Mariana Chamelette, vice-presidente do Instituto Brasileiro de Direito Desportivo, as questões relacionadas à **pirataria** de itens esportivos estão previstas em condutas criminosas tipificadas no art. 184 do Código Penal e na Lei 9.279/96 (que tutela a **propriedade** intelectual e coíbe a concorrência desleal). "Em nenhum dos casos, a pena prevista pode levar à privação de liberdade, uma vez que a pena máxima prevista aos delitos não ultrapassa quatro anos de reclusão", explica.

A confecção de **produtos** piratas também está relacionada a outros delitos, como crimes tributários, descaminho e redução de indivíduos à condição aná-

Continuação: Falsificações de camisas desafiam times e marcas

loga à escravidão.

Renato Jardim cita ainda medidas de enfrentamento, com uma maior fiscalização, como fundamentais para inibir o comércio ilegal de camisas de futebol falsificadas. "Temos de fechar um pouco mais os caminhos e rotas dos produtos. Não é uma produção de fundo de quintal, que produz dez camisas. É um volume de produção industrial e, para isso, você precisa de estrutura. Temos de ter uma fiscalização sistemática, com diversos órgãos públicos alinhados para trabalhar contra os grandes fluxos e fechar essa torneira."

Nesse aspecto, alguns clubes, como o Palmeiras, têm um escritório de combate à **pirataria** que trabalha diretamente com os órgãos públicos para minimizar tal prática. O departamento jurídico do São Paulo também está sempre atento aos casos envolvendo produtos relacionados ao clube.

Segundo Felipe Dallegrave, diretor executivo jurídico do Internacional, o time de Porto Alegre "busca rastrear a origem desses produtos e identificar os caminhos até chegarem ao consumidor e, posteriormente, realizamos uma denúncia para as autoridades".

O Palmeiras trabalha em conjunto com a Puma, sua fornecedora, para oferecer "produtos de qualidade

em diferentes faixas de preço", segundo EXEMPLOS. O Fortaleza se ante *você* *pesquisar* *camisa da seleção vai ver até vídeos de fábricas no exterior falsificando essas camisas para colocar na mão do consumidor brasileiro por um preço muito baixo"*

Renato Jardim, diretor executivo da Ápice.

"Os torcedores nos ajudam, com denúncias. Abordamos as empresas e as tornamos licenciadas, ramo que é importante na engrenagem do clube" **Renan Menezes, gerente de licenciamento do Fortaleza** custo.

"De 2018 para cá, conseguimos ampliar de quatro para 80 empresas autorizadas pela instituição para produzirem produtos relacionados ao Eortaleza. Em 2022, já faturamos mais de R\$ 1,4 milhão no setor, superando a meta anual."

Já o Juventude tem sua marca própria, a iqTreze, e lançou nesta temporada a "Camisa Pirata", com acabamento diferenciado. "Conseguimos atingir muitas pessoas que não têm condições de comprar os produtos originais. As vendas com o projeto representaram quase 20% do que comercializamos no ano passado", afirma Eábio Pizzamiglio, vice-presidente de marketing.

Grupo de mídia impede na Justiça venda de pacotes de TV pirata por e-commerce

Decisão aconteceu na Tunísia, onde rede de canais esportivos proibiu varejista de comercializar pacote de IPTV ao lado de set-top boxes e assinaturas legítimas

Uma decisão judicial obtida por um grupo de mídia da Tunísia pode servir como ponto de argumento para outras decisões parecidas ao redor do mundo. No país, a rede de canais esportivos beIN obteve parecer favorável contra a MyTek, uma das principais varejistas de eletrônicos do país, proibindo a venda de pacotes piratas de IPTV ao lado de set-top boxes e assinaturas legítimas.

Operação contra **pirataria** fecha mais de 700 sites e apps de streaming no Brasil Saiba como software **antipirataria** ajudou a Operação 404 a remover canais ilegais

A diferença nos preços explica o processo movido pela beIN. Na varejista, kits que trazem uma set-top box já configurada com pacotes de canais liberados custando 89 dinares tunisianos, cerca de US\$ 28 ou R\$ 144 em uma conversão direta. Enquanto isso, um pacote apenas com os canais esportivos do grupo de mídia sai por 359 dinares, aproximadamente US\$ 112 ou R\$ 576, por seis meses de assinatura.

É uma porta aberta e tanto para a compra e venda de IPTVs irregulares. De acordo com números apontados no processo, estamos falando de um mercado onde 80% dos consumidores de televisão à cabo consomem conteúdo de forma pirata, um meio tão popular que pacotes desse tipo são dados como brinde na compra de smartphones e outros produtos eletrônicos.

Foto: Canaltech

A vitória judicial da beIN é preliminar, com o grupo de mídia recebendo uma liminar emergencial para que a MyTek remova as assinaturas irregulares do ar -- no momento em que essa reportagem é escrita, elas ainda permanecem à venda no e-commerce. A decisão favorável, entretanto, é temporária e também cabe recurso por parte do varejista.

Bloqueio administrativo de tv pirata também pode ser aplicado no Brasil

Desde julho, a Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) trabalha ao lado da Ancine (Agência Nacional do Cinema), Polícia Federal e outros órgãos do judiciário brasileiro em busca de soluções para um combate mais eficaz à **pirataria**. Entre as medidas que estão sendo estudadas e podem entrar em vigor já em 2023 está a possibilidade de suspensão de IPs e DNSs usados pelos distribuidores de conteúdo a IPTVs piratas diretamente pela operadora de telefonia.

Hoje, tais ações dependem de ordem judicial específica, como as que são emitidas no escopo da Operação 404 e outros trabalhos combinados de combate à **pirataria**. Com os bloqueios administrativos, aponta a Anatel, que tem o apoio de associações de TV por assinatura e detentores de **direitos** autorais, essa solicitação poderia ser feita pelas próprias agências ligadas ao segmento de telecom e audiovisual, acelerando o processo de derrubada dos conteúdos.

A ideia é que esse formato de combate à **pirataria** seja aplicado já no primeiro semestre do ano que vem.

Continuação: Grupo de mídia impede na Justiça venda de pacotes de TV pirata por e-commerce

Ao mesmo tempo, outras medidas de intensificação no combate à **pirataria** também estão sendo estudadas, como o aumento nas punições a e-commerces que permitam a venda de produtos falsificados.

Fonte: TorrentFreak, Teletime

Trending no Canaltech:

Rainha Elizabeth usava celular da Samsung com apenas dois contatos Brasil define nova idade mínima para laqueadura e vasectomia Por que a rainha Elizabeth II será enterrada em um caixão de chumbo? Astronauta diz ter tido "experiência transcendental" em caminhada espacial Backup: solução simples pode ser eficiente contra ataques ransomware Publicidade

Arbitragem online é opção para a resolução de conflitos

Dados do CNJ demonstram alto índice de adequação da Justiça no contexto da pandemia; mestre em direitos fundamentais e sócio da Arbtrato explica principais pontos da **arbitragem**

A Justiça brasileira deu continuidade aos serviços essenciais mesmo diante da eclosão da pandemia de Covid-19, em março de 2020, com a reinvenção dos fluxos de trabalho no âmbito do Poder Judiciário. É o que demonstram os dados do relatório "A Justiça em Números 2021", do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

O balanço mostra que a Justiça no país manteve um alto índice de adequação no contexto da crise sanitária em relação a países que não promoveram atendimento judicial, como Albânia, Armênia, Austrália, Bangladesh, Espanha, Finlândia, Gana, Holanda, Noruega, Nova Zelândia e Sérvia.

Entre as medidas reativas para dar acesso à Justiça, foram empreendidas estratégias como o "Juízo 100% Digital", o "Balcão Virtual" e a edição de mais de 20 atos normativos, orientadores das atividades durante a crise sanitária.

Além do mais, o relatório destaca a importância da atuação estratégica de iniciativas digitais encadeadas no "Programa Justiça 4.0", grupo de ações e projetos concebidos para o uso colaborativo de produtos que aplicam novas tecnologias e IA (Inteligência Artificial) para o incremento da governança, da transparência e da eficiência do Poder Judiciário, com redução de despesas.

Para além do processo de **inovação** tecnológica levado a cabo na Justiça brasileira, fato é que, em média, um processo judicial de primeira instância leva dois anos e sete meses para ser concluído no Brasil, de acordo com dados do CNJ (Conselho Nacional de Justiça). Considerando que, muitas vezes, o processo

vai para a segunda instância, momento em que uma das partes envolvidas entra com recurso, a duração da ação aumenta, em média, um ano e um mês, totalizando três anos e oito meses. Segundo dados da instituição, até o final de 2020 haviam mais de 75 milhões de processos pendentes no país.

Nesse contexto, ganham destaque soluções como a **arbitragem** on-line, operação cada vez mais adotada para a resolução de conflitos, que podem ter a celeridade aumentada, com os problemas sendo resolvidos em até 6 meses, conforme a lei de **arbitragem**. A afirmação é de Thiago Pires Canal, mestre em direitos fundamentais e sócio da Arbtrato, plataforma digital para **arbitragem** e **mediação** virtual.

O que é **arbitragem**?

Canal conta que a **arbitragem** é uma forma de resolução de conflitos regulada pela Lei 9307/96 para resolver questões relativas a direitos patrimoniais disponíveis. "A **arbitragem** pode ser aplicada em vários setores, como empresarial e societário, negócios internacionais, relações civis, de forma geral e direito do consumidor, dentre outras áreas do direito".

O especialista explica que, na **arbitragem**, as partes escolhem uma pessoa ou entidade privada para solucionar o seu litígio, sem a participação do judiciário. "Em outras palavras, é uma forma voluntária das partes envolvidas em ver seus problemas dirimidos por um árbitro ao invés de um juiz".

O que pode ser resolvido por meio da **arbitragem**?

Caracterizada pela informalidade, a **arbitragem** apresenta decisões rápidas e especializadas para a solução de conflitos, define Canal. "Somente pode ser convencionalizada a **arbitragem** por pessoas maiores, capazes e com relação a direitos disponíveis, ou seja,

Continuação: Arbitragem online é opção para a resolução de conflitos

bens que possuem um valor agregado, e, como tal, podem ser negociados", explica.

Ao que tange o direito do consumidor, podem ser levados para a **arbitragem** conflitos que versem sobre aquisição de produtos com defeitos ou que não foram entregues. "Nesse ínterim", explica, "descumprimentos contratuais, perdas, danos e dívidas não pagas são exemplos na área do direito civil".

O mestre em direitos fundamentais acrescenta que, da mesma forma, cobranças de aluguel, despejo e contratos de locação, que fazem parte do direito imobiliário, são exemplos de elementos que também podem ser submetidos à **arbitragem**.

Câmaras oferecem suporte para a realização da **arbitragem**

Segundo Canal, a rapidez na tomada de decisão constitui o principal atrativo da **arbitragem** em comparação ao Poder Judiciário. Neste ponto, ele destaca que os brasileiros já podem contar com as chamadas

Câmaras de **Arbitragem**, prestadoras de serviços que oferecem suporte para a realização da **arbitragem**, como a Arbtrato.

"O árbitro pode ser qualquer pessoa capaz e que tenha a confiança das partes, já que são elas quem nomearão um ou mais árbitros, devendo sempre ser número ímpar", completa Canal.

O mestre em direitos fundamentais e sócio da Arbtrato destaca que as partes podem nomear, também, os seus respectivos suplentes. "Lembrando que árbitro e mediador são funções distintas", ressalta.

Para mais informações, basta acessar: <https://arbtrato.com.br/>

Website:

<https://arbtrato.com.br/> Este é um conteúdo comercial divulgado pela empresa Dino e não é de responsabilidade do Terra Publicidade

26 anos da Lei de Arbitragem: afinal, a arbitragem é uma boa alternativa?

Carolina Smirnovas. FOTO: DIVULGAÇÃO

No dia 24 de setembro de 2022 comemoram-se os 26 anos da criação da Lei nº 9.307/1996, que dispõe sobre a **arbitragem** no Brasil. Desde então, muito se avançou no país sobre a utilização deste método de resolução de disputas que envolve unicamente direitos patrimoniais disponíveis. Tida como uma alternativa ao Poder Judiciário, a **arbitragem** volta e meia é cercada de polêmicas.

Há quem ame, há quem odeie, mas o fato é que a prática tem se consolidado cada vez mais no país, tendo como pontos fortes o caráter técnico e a qualidade das decisões. De acordo com os resultados da última edição da pesquisa **Arbitragem** em Números e Valores?, organizada pela arbitralista Selma Ferreira Lemes, a **arbitragem** bateu um recorde nos últimos dois anos (2020-2021), e atualmente conta com um número de mil casos em andamento nas maiores câmaras arbitrais do país.

Arbitragem e administração pública

Ao longo dessas quase 3 décadas, a Lei de **Arbitragem** sofreu alterações, bem-vindas, em 2015, quando finalmente encerrou com uma dúvida que se arrastava por anos entre os mais céticos, que foi a consolidação da autorização da Administração Pública, direta e indireta, utilizar a **arbitragem** como método de resolução de disputas. Desde então, diversas foram as leis estaduais e municipais sobre a **arbitragem** com a Administração Pública, tendo a nova Lei de Licitações (nº 14.133/2021), inclusive, reafirmado a **arbitragem** como meio de resolução de controvérsias, dando ainda mais segurança para o uso do instituto pelo setor público.

Os entes públicos, aliás, representam atualmente um número expressivo de participantes em arbitragens, sobretudo em casos de infraestrutura, sendo que em 2021, o CAM-CCBC (Centro de **Arbitragem** e **Mediação** da Câmara de Comércio Brasil-Canadá), referência em **arbitragem** no país, registrou a existência de 42 processos arbitrais em andamento envolvendo a Administração Pública. Número este que

apenas tende a aumentar após a alteração da lei em 2015.

Ademais, as Câmaras Arbitrais também merecem destaque no aniversário da Lei. Com regulamentos em constante evolução, o Brasil conta com entidades de prestígio e notoriedade internacional. Segundo dados divulgados pelo CAM-CCBC, em 2021 foram recebidos 128 novos procedimentos, o que representa mais que o dobro de novos casos recebidos uma década antes, em 2011.

O uso da **arbitragem** no Brasil é tamanho, que a CCI (Corte de Comércio Internacional), chegou a instalar, em 2017, um escritório próprio da entidade em São Paulo (seu terceiro escritório ao longo de seus 100 anos de história). Segundo dados divulgados pela CCI, o Brasil ocupou o segundo lugar em seu ranking mundial em números de procedimentos arbitrais.

Mas volta e meia os advogados do ramo se deparam com a seguinte pergunta de seus clientes: **Arbitragem** é uma boa alternativa? A resposta é bem clichê no ramo jurídico: depende. A **arbitragem** não foi feita para qualquer litígio, e sim para causas mais complexas e estratégias, que envolvam especificidades jurídicas e técnicas e uma multiplicidade de questões que o Judiciário simplesmente não conseguiria resolver de forma adequada.

Futuro

Atualmente, o sistema arbitral brasileiro sofre um ataque. O Projeto de Lei nº 3.293/2021, o qual prevê alterações na Lei de **Arbitragem** ao querer impor limitações objetivas à atuação da figura do árbitro, expansão do exercício do dever de revelação dos árbitros e a publicidade dos atos processuais da **arbitragem**, incluindo-se aí a sentença arbitral. Recebida com estarecimento pela comunidade arbitral, tais como o Comitê Brasileiro de **Arbitragem** (CBAr) e as Câmaras Arbitrais, não se tem medido esforços para barrar a medida.

O PL já foi retirado de pauta pela Câmara dos Deputados em duas oportunidades, mas espera-se que,

Continuação: 26 anos da Lei de Arbitragem: afinal, a arbitragem é uma boa alternativa?

quando levado à votação, seja rechaçado em prol da manutenção de pilares da **arbitragem**, quais seja, a autonomia privada das partes e a liberdade dos envolvidos de escolherem a forma e por quem a causa será julgada.

Este, no entanto, não é o primeiro ataque ao sistema arbitral. Lembre-se que a própria Lei de **Arbitragem** teve sua constitucionalidade questionada por anos, até que enfim foi confirmada pelo Superior Tribunal Federal em 2001.

Fato é que, mesmo com a referida peripécia do Legislativo, para um país que é um jovem adulto de 26

anos em termos de **arbitragem**, o Brasil tem ocupado cada vez mais um cenário de destaque em matéria arbitral com aprimoramento do instituto nas mais variadas vertentes, como legislativa, institucional, jurisprudencial e na doutrina.

*Carolina Smirnovas, sócia advogada da Manesco, Ramires, Perez, Azevedo Marques Sociedade de Advogados

"autor": "Carolina Smirnovas*"

Daniel Zanetti: Apontamentos sobre o Inova Simples

Por Daniel Zanetti Marques Carneiro

Nos últimos anos tem ganhado crescente destaque as chamadas startups, entidades empresariais que, se valendo de tecnologia e de forma inovadora, buscam obter soluções ou desenvolver modelos comerciais favoráveis para novos produtos ou serviços, passíveis de repetição e ganho em escala [1]. Portanto, tecnologia, inovação, praticidade, repetição etc. são alguns dos atributos ou características dessas organizações. Trata-se de um modelo em franca expansão e com significativo potencial econômico [2], o que repercute na questão tributária quanto a variados aspectos, dentre eles os regimes fiscais passíveis de adoção por tais empresas.

No âmbito da legislação tributária federal, destacam-se como modelos ordinários ou regulares de tributação o lucro real [3] e o lucro presumido [4], e como principal modelo especial ou diferenciado o Simples Nacional [5], todos passíveis de adoção pelas startups em geral desde que observados os pertinentes e respectivos requisitos normativos. Especificamente para as startups vigora também o chamado Inova Simples, ora objeto de nossas atenções e sobre o qual passamos a lançar as ponderações seguintes focadas no aspecto tributário da questão.

Criado pela LC nº 167/2019 e alterado pela LC nº 182/2021, o Inova Simples pode ser compreendido como um regime diferenciado, especial e simplificado, aplicável às empresas em estágio inicial (early stage) [6] cujas iniciativas possuam caráter incremental ou disruptivo [7], e que se autodeclarem como empresas de inovação [8], tratando-se de um regime voltado ao estímulo da criação, formalização, desenvolvimento e consolidação de tais entidades como agentes indutores de avanço tecnológico e geradores de emprego e renda [9]. De acordo com o disposto no artigo 65-A, § 3º, da LC nº 123/2006, o tratamento diferenciado em questão consiste na fixação de rito sumário para abertura e fechamento da empresa, que deverá ocorrer de forma simples e au-

tomática no mesmo ambiente digital do portal da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim), em sítio eletrônico oficial do governo federal, por meio da utilização de formulário digital próprio disponível em janela ou ícone intitulado Inova Simples; uma vez realizado o correto preenchimento das informações, será gerado automaticamente um número de CNPJ [10] específico em nome da denominação da empresa Inova Simples, em código próprio Inova Simples. Outrossim, o regime diferenciado assegura o processamento prioritário de depósito de patente ou de registro de marca perante o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (**INPI**) [11].

Conquanto comumente apontado como um regime tributário especial para as startups, a relevância do chamado Inova Simples para fins tributários nos parece atualmente questionável diante dos termos legais enunciados na LC nº 123/06, ao menos no tocante às obrigações tributárias principais incidentes sobre as atividades de tais entes empresariais, e isso porque embora houvesse inicialmente no artigo 65-A, §9º, previsão expressa de que os recursos capitalizados não constituiriam renda [12], o que poderia então gerar alguma repercussão tributária especialmente em relação ao imposto de renda e demais tributos correlatos [13], referido parágrafo foi revogado pela LC nº 182/2021 [14], não mais havendo qualquer previsão neste sentido.

De outra parte, o §10 do artigo 65-A da LC nº 123/06 prevê a chamada "comercialização experimental do serviço ou do produto até o limite fixado para o MEI" (no caso, R\$ 81 mil) [15], não definindo, entretanto, o que seja tal tipo de comercialização tampouco estipulando qualquer consequência jurídica tributária para o comércio em tais condições como, por exemplo, uma isenção geral ou parcial para as receitas dentro de tal limite, ou mesmo uma geração de crédito para compensação com outros tributos porventura

Continuação: Daniel Zanetti: Apontamentos sobre o Inova Simples

devidos etc. Uma leitura mais apressada de tal dispositivo poderia sugerir que o regime tributário do comércio praticado em tais condições seria o mesmo do microempreendedor individual (MEI), todavia, não se pode olvidar a vedação expressa de opção das startups pela sistemática de recolhimento do MEI prevista na própria LC nº 123/06 [16], o que bem evidencia a inaplicabilidade desse regime especial tributário a tais espécies de empreendimentos.

Não há também uma indicação clara se tal comercialização experimental equivaleria a um sandbox regulatório ou ambiente regulatório experimental que, aliás, já se encontra expressamente definido na legislação [17] que o faz em termos que evidenciam tratar-se de questão relacionada a uma desburocratização ou flexibilização regulamentar por parte da Administração Pública direta ou indireta [18], aqui não se compreendendo, segundo cremos, eventual autorização temporária da Administração Fazendária para comércio provisório sem pagamento de tributos, o que juridicamente dependeria de lei específica que, todavia, não existe. Enfim, tal comercialização experimental traduz aspecto antes afeto ao direito administrativo do que propriamente relativo à tributação estatal, o que de sua parte confirma nossa percepção de que referida previsão (§ 10 do artigo 65-A) não guarda pertinência direta ou mesmo efeitos tributários práticos sensíveis. Todavia, se a intenção era produzir efeitos tributários, trata-se de uma norma incompleta e inadequada para tal desiderato [19].

A propósito, cumpre registrar que durante o processo legislativo do projeto de lei do qual resultou a LC nº 167/2019, um dos substitutivos apresentados pela comissão parlamentar revisora dos projetos originais [20] previa um parágrafo assim redigido: "Fica permitida a comercialização experimental do serviço ou produto até o limite fixado nesta lei para o MEI, e neste caso, os titulares recolherão, de per si, a contribuição instituída para o MEI". Como se pode ver, em tal proposta as consequências tributárias da comercialização experimental estavam expressamente

indicadas, no caso o recolhimento da mesma contribuição cobrada do microempreendedor individual, o que para muitos poderia ser uma alternativa interessante. Todavia, tal redação acabou não sendo aprovada e a mesma LC nº 167/2019 alterou a LC nº 123/2006 acrescentando vedação expressa de opção das Startups pela sistemática de recolhimento do MEI [21], como já mencionado.

Teoricamente, referida "comercialização experimental" poderia ser considerada uma comercialização provisória ou algo equivalente, e cujas receitas assim obtidas poderiam ser excluídas da noção de receita ou faturamento tributáveis, desde que dentro daquele limite de valor, mas a verdade é que a LC nº 123/2006 nem a LC nº 182/2021 explicitaram isso de modo claro e objetivo, não sendo demais ter presente que a temática tributária está submetida ao princípio da estrita legalidade, inclusive no que pertine a benefícios fiscais de que são exemplos as isenções, redução de base de cálculo, diferimento e outras espécies de desonerações fiscais, todas dependentes de lei específica [22].

Não há, de fato, a indicação legal de qualquer tratamento tributário diferenciado quanto às receitas decorrentes da comercialização de produtos e serviços no estágio de comercialização experimental, não se podendo admitir que, com amparo no artigo 65-A, § 13, da LC nº 123/06, tal questão venha a ser disciplinada através de Resolução do Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN), veículo normativo inadequado para tratar do tema em caráter originário, não podendo inovar a ordem jurídica notadamente em matéria tributária [23]. A propósito, cumpre anotar que tal regulamentação adveio pela Resolução CGSN nº 55/2020 que, entretanto, nada dispôs sobre aspectos atinentes à imposição fiscal, confirmando assim nosso entendimento sobre o tema.

Portanto, ainda que se admita a mencionada "comercialização experimental" durante um determinado período, não há qualquer indicação expressa dos reflexos tributários respectivos, mesmo

Continuação: Daniel Zanetti: Apontamentos sobre o Inova Simples

para eventual receita ou faturamento dentro do aludido limite de R\$ 81 mil, o que na prática esvazia qualquer suposto tratamento fiscal diferenciado às Startups, ao menos no tocante a obrigação tributária principal consistente em recolhimento de valores aos cofres públicos. Daí se segue que, da forma como disposto na legislação retro mencionada, ainda que circunscrita ao limite de R\$ 81 mil, a receita obtida no período de comercialização experimental estará sujeita à regular tributação por algum dos regimes tributários tradicionais ou pelo Simples Nacional, não havendo um regime tributário específico, diferenciado e favorecido para tais hipóteses.

Diante de tal panorama, cremos que a LC nº 182/2021 - atual "Marco Legal das Startups" - perdeu uma excelente oportunidade para disciplinar de modo expresse e particularizado variados aspectos tributários de interesse dessas entidades, inclusive consolidando num único diploma legal as normas tributárias pertinentes e adequadas a tais entes empresariais [24], o que certamente contribuiria para uma maior segurança jurídica em relação ao tema evitando até mesmo eventual judicialização de questões fiscais, dentre outras vantagens. Todavia, como bem anota Edgar Vidigal de Andrade Reis, aqui no

Brasil "as questões jurídicas que envolvem startups apenas recentemente começaram a ser mais discutidas" [25], o que de certo modo explica a insuficiência do tratamento legislativo do tema. Não obstante tais lacunas, espera-se que o legislador federal, sensível a esta realidade e às exigências do mundo empresarial e da própria economia, em breve discipline de modo adequado os aspectos tributários de interesse das startups de molde a viabilizar um ambiente de negócios mais seguro e favorável a tais iniciativas, o que inclusive estaria em consonância a variadas diretrizes constitucionais atinentes à ordem econômica e tributária [26], com destaque para o artigo 218 e §§ da Constituição Federal, segundo o qual "o Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação", devendo através de lei apoiar e estimular as empresas que invistam em pesquisa e criação de tecnologia adequada ao país, o que certamente perpassa a questão tributária de todo relevante e também impactante para as empresas em geral, e que num mercado altamente competitivo pode ser fator decisivo para a sobrevivência ou não do negócio.

MIGALHAS nº 5.434

Segunda-Feira, 12 de setembro de 2022 - Migalhas nº 5.434.

Fechamento às 10h15.

Registro

Migalhas anuncia que, a partir de hoje, conta com mais um Fomentador:

Cultura Jurídica

(Clique aqui)

"Os momentos supremos pedem energias supremas."

Machado de Assis

Agora é que são elas

Ministra Rosa Weber toma posse hoje na presidência do STF. É a terceira mulher no cargo. A cerimônia será às 17h, com transmissão ao vivo. Gaúcha de Porto Alegre, ela chega ao cargo de presidente do STF e do CNJ após 46 anos de magistratura. (Clique aqui)

Não falam, mas devem falar

Em artigo ontem na Folha de S.Paulo, Joaquim Falcão menciona, em tom encomiástico, uma das características marcantes da ministra Rosa, que é o fato dela pouco falar, daí a lembrança do samba de Cartola ("As rosas não falam"). A ponderação do jurista, no entanto, não nos parece adequada neste caso, porque o Supremo não possui o apanágio da imortalidade. Com efeito, embora o distanciamento seja, de fato, uma virtude dos magistrados, o mesmo não se diga da presidência do Supremo. É que a função exercida, sobretudo de representação, exige uma grande comunicação entre a sociedade e os outros Poderes. Nesse sentido, conclamamos a ministra Rosa a falar e falar. A Corte precisa mostrar cada vez mais

que são injustas as críticas que estão sendo feitas a torto e a direito.

Piso da enfermagem

Nesta semana, em plenário virtual, ministros do STF decidem se referendam, ou não, cautelar de Barroso que suspendeu o piso salarial nacional da enfermagem. Até o momento, o placar está 5 a 2 pela suspensão. Julgamento deve terminar na sexta-feira. (Clique aqui)

Jurisprudência - In re ipsa

No Direito brasileiro, como se sabe, a regra é que os danos sejam comprovados pelo ofendido para que se justifique a indenização. Entretanto, em hipóteses excepcionais, são admitidos os danos in re ipsa, nos quais o prejuízo, por ser presumido, independe de prova. Ao longo do tempo, o STJ já estabeleceu uma série de entendimentos sobre o dano presumido. Veja alguns dos mais recentes. (Clique aqui)

Brasil e Espanha

Bauru, no pujante interior paulista, sedia um evento de importância para o intercâmbio jurídico nacional. A ITE - Instituição Toledo de Ensino e a Universidade de Salamanca estão reunidas hoje e amanhã no "1º Congresso Ibero-americano de Estado de Direito e Governança Pública", coordenado pelo ministro André Mendonça, do STF. Saiba mais, clique aqui.

Violência política

"A intolerância não deve e não será admitida, sob pena de regredirmos aos tempos de barbárie." Essas foram as palavras do juiz de Direito substituto Carlos Eduardo Pinho Bezerra de Menezes, da 3ª vara de Porto Alegre do Norte/MT, ao converter de flagrante para preventiva a prisão de um apoiador de Bolsonaro que assassinou brutalmente um apoiador de Lula.

(Clique aqui)

Empresários na mira

Alexandre de Moraes rejeitou pedido da PGR e manteve investigação contra empresários que falavam em golpe de Estado no WhatsApp. (Clique aqui)

Livro

"O negócio do Jair" é o título do livro de Juliana dal Piva que chega à bancas nos próximos dias. A jornalista faz um brilhante trabalho de esviscerar a história do presidente Bolsonaro. Ao expor as entranhas dessa história, o que se vê é algo dantesco.

Apropriação indevida

O corregedor-Geral eleitoral, ministro Benedito Gonçalves, decidiu proibir Bolsonaro de usar imagens produzidas no ato de 7 de setembro em sua campanha eleitoral. (Clique aqui)

Manifeste-se

Ministro Benedito também abriu prazo para Bolsonaro e seu vice se manifestarem em ações de abuso de poder político. Uma das ações diz respeito à reunião com embaixadores, e outra é relativa aos atos do 7 de setembro. (Clique aqui)

"Sabe o que vou fazer?"

Após o TSE determinar exclusão de postagem, o deputado André Janones fez um vídeo em que diz não concordar com a decisão, e anuncia de forma incisiva: "senhor ministro do TSE, sabe o que vou fazer com essa decisão aqui?" Assista ao final inusitado. (Clique aqui)

Lei dos caminhoneiros

Em plenário virtual, ministro Nunes Marques pediu vista em caso que discute a validade da lei dos ca-

minhoneiros. A exigência de exame toxicológico de motoristas profissionais e as regras para o descanso e alimentação estão entre os temas questionados. (Clique aqui)

Domiciliar humanitária

Ministro Rogério Schietti restabeleceu prisão domiciliar de mulher de 76 anos, com comorbidades, que cumpriu pena em casa durante a pandemia, mas teve de voltar ao presídio. Ministro destacou que a lei permite domiciliar em qualquer momento do cumprimento da pena, desde que a realidade assim recomende. (Clique aqui)

Agressor

O empresário Thiago Brennand, que foi flagrado agredindo uma modelo em academia de SP, deve retornar ao Brasil em até 10 dias. Assim determinou a juíza de Direito Erika Soares de Azevedo Mascarenhas, de SP. O acusado viajou para Dubai horas antes de o MP/SP apresentar denúncia. (Clique aqui)

Danos morais

Companhia aérea indenizará empregado obrigado a compensar idas ao banheiro. Relator ressaltou que as necessidades fisiológicas de qualquer pessoa não podem ficar à mercê das peculiaridades ou características da atividade econômica do empregador. (Clique aqui)

Dispensa revertida

TRT da 2ª região manteve decisão que anulou dispensa e determinou a reintegração de trabalhadora que se afastou de atividades por sofrer de transtorno depressivo. Colegiado observou que, por causa do transtorno, a mulher apresentou incapacidade temporária para o exercício das suas atividades. (Clique aqui)

Direito do Trabalho

Contratado como membro do corpo administrativo de uma instituição de ensino, um advogado conseguiu o reconhecimento da sua atuação como professor. Decisão é da 2ª turma do TRT da 1ª região ao concluir que além das atividades relacionadas à advocacia, o homem também desempenhava funções relacionadas à docência. (Clique aqui)

Golpe do falso coletivo

Corretor foi condenado à prisão por fraude na venda de plano de saúde conhecido como "falso coletivo". Neste tipo de golpe, o criminoso lesa o beneficiário cobrando-lhe mensalidade em valor superior (como se fosse plano individual), porém o insere em apólice coletiva de empresa fantasma (como se ele fosse empregado ou sócio desta). O escritório **Fragoso** Advogados participa do caso. (Clique aqui)

Fraude bancária

TJ/PR invalidou três contratos digitais de empréstimo consignado, realizados simultaneamente, com mesma selfie e sem identificação de geolocalização. Constatada a fraude, o banco terá de devolver os valores descontados e indenizar por danos morais. O escritório **Cardoso** Ramos Advocacia atua pelo consumidor. (Clique aqui)

Terceirização

Correspondente bancária contratada por empresa terceirizada não tem vínculo empregatício com o banco tomador dos serviços. Em decisão monocrática, o ministro Breno Medeiros, do TST, decidiu que a lícitude da terceirização deve ser sempre reconhecida, seja ela de atividade-meio ou fim. Escritório **Chalfin**, Goldberg & Vainboim Advogados atua no caso. (Clique aqui)

ICMS

Juiz de MG excluiu cobrança de ICMS pelo Fisco do Estado por transferência de mercadorias entre es-

tabelecimentos de mesma empresa, de matriz para filial. Mandado de segurança foi impetrado em favor dos filiados da **Associação** Nacional dos Contribuintes de Tributos - ANCT. (Clique aqui)

Responsabilidade - Seguros

Seguradora não deverá pagar indenização de mais de R\$ 3,5 milhões a empresa de empreendimento por erro da obra. Assim entendeu 26ª câmara de Direito Privado do TJ/SP ao concluir que o caso se trata de defeito original. O escritório **Machado**, Cremoneze, Lima e Gotas - Advogados Associados atua na causa. (Clique aqui)

Migas

1- STF - Moraes convoca audiência pública sobre população em situação de rua. (Clique aqui)

2- STJ - 4ª turma mantém redução de aluguel de coworking afetado pela pandemia. (Clique aqui)

3- STJ - 5ª turma absolve réu reconhecido pela vítima três meses após o crime. (Clique aqui)

4- TST - Assembleia de Deus não indenizará fiel que caiu do telhado em reforma. (Clique aqui)

5- TJ/SP - Covid: Homem que descumpriu isolamento pagará danos morais coletivos. (Clique aqui)

6- TJ/SP - Reconhecida união estável entre mulher e companheira falecida. (Clique aqui)

7- TJ/DF - Dono de cachorro indenizará mulher que foi mordida no rosto. (Clique aqui)

8- TRT da 1ª região - Impenhorabilidade do bem de família não é absoluta. (Clique aqui)

9- TRT da 3ª região - Afastada justa causa de metroviário que cobrou medidas contra a covid. (Clique aqui)

aqui)

10- TRT da 9ª região - Supermercado indenizará funcionária por racismo de colega de trabalho. (Clique aqui)

11- TRT da 10ª região - TRT-10 nega penhora de FGTS para quitação de verbas trabalhistas. (Clique aqui)

12- CNJ - Tribunais devem garantir acesso da polícia às medidas protetivas. (Clique aqui)

13- OAB editará súmula que veda inscrição de servidores do Detran na Ordem. (Clique aqui)

Apoiadores

Clique aqui para conhecer os festejados Apoiadores de **Migalhas**

Colunas

Direito Privado na Common Law

Professora **Thaís G. Pascoaloto Venturi**, em mais um texto sobre marketing jurídico, investiga como o tema referente à publicidade dos advogados tem se desenvolvido no Reino Unido e em países da civil law, especificamente o tratamento conferido pela União Europeia e pelo ordenamento jurídico brasileiro, a fim de se avaliar seus limites e perspectivas. (Clique aqui)

Papo Jurídico

Que os honorários sucumbenciais dos advogados se equiparam ao crédito trabalhista na recuperação judicial não é novidade para ninguém; mas e quando esses honorários são de titularidades de uma pessoa jurídica, ou seja, de uma sociedade de advogados, como que fica? **Guilherme Galhardo Antonietto** esclarece. (Clique aqui)

Leitura Legal

No último sábado foi comemorado o Dia Mundial da Prevenção do Suicídio. Promotor de Justiça aposentado **Eudes Quintino de Oliveira Júnior** aborda o tema durante o Setembro Amarelo, mês dedicado à prevenção de tal ato. (Clique aqui)

Apoiadores

Clique aqui para conhecer os festejados Apoiadores de **Migalhas**

Migalhas de peso

- "A estabilização da tutela provisória e a teoria do fato consumado na jurisprudência do STF", por **Edvaldo Costa Barreto Júnior (Barreto Dolabella - Advogados)**. (Clique aqui)

- "IPO e SPAC: A importância de uma banca de advogados qualificada no processo de abertura capital de uma sociedade empresária e na redução de riscos de investimentos", por **Sergio Jacob Braga (Ferreira e Chagas Advogados)**. (Clique aqui)

- "O impacto da fiscalização na gestão dos contratos administrativos", por **Bárbara Hosken de Sá Gómeide (Cunha Pereira e Massara - Advogados Associados)**. (Clique aqui)

- "Candidatos eliminados na etapa médica do certame da Polícia Penal de MG", por **Giovanni Bruno de Araújo Savini (Safe e Araújo Advogados)**. (Clique aqui)

- "Sanções da LGPD terão efeito retroativo - Empresas poderão sofrer penalização por situações ocorridas desde agosto de 2021", por **Enrique Tello Hadad, Bibiana Peres, Milene Rodrigues, Danilo Bernardi e Isabelle Nepomuceno (Loeser e Hadad Advogados)**. (Clique aqui)

Novo Fomentador

Migalhas vem contando com o apoio de institutos, editoras, faculdades, associações e empresas de eventos para trazer sempre vantagens aos leitores. São os Fomentadores do Direito brasileiro. Temos o privilégio de anunciar que Migalhas conta a partir de hoje com a participação de mais um Fomentador do Direito:

Cultura Jurídica

A plataforma **Cultura Jurídica** nasce com a missão de, a partir de conteúdos de profunda formação intelectual, atualização profissional e entretenimento, capitaneados por grandes nomes do cenário nacional e internacional, recuperar o verdadeiro Direito e a cultura jurídica no país. A plataforma conta com masterclasses, encontros semanais de atualização ao vivo, podcasts, insights sobre teorias complexas e muito mais. Clique aqui e conheça o novo Fomentador de Migalhas.

Semana do cliente

A semana é de comemoração! O Dia do Cliente está chegando e tem promoção em todos os produtos Migalhas. Não deixe de conferir. (Clique aqui)

Perspectivas da Corte Rosa Weber

A cadeira postada no centro do STF passa a ser ocupada por uma nova liderança. Rosa Weber irá presidir a Suprema Corte com a experiência, coragem e serenidade que lhe são peculiares. Para discutir os possíveis rumos da nova gestão e os impactos no contencioso estratégico de interesse das empresas do país, o colunista **Saul** Tourinho Leal receberá as lideranças femininas **Carolina** Rodrigues Archanjo (Microsoft); **Maria** Eliza Mac-Culloch (Conexis Brasil Digital), **Eloah** Hackerott (Whripool) e **Gisele** Reis (Consultora Jurídica da TV Justiça). Dia 16/9, às 11h. Inscreva-se. (Clique aqui)

Integração

Lobo de Rizzo Advogados anuncia a integração de todos os profissionais e negócios do Halembeck Barros, escritório especializado em fusões e aquisições (M&A), venture capital e Direito Societário. Com a chegada de **Luiz** Fernando Halembeck e **Daniel** Barros, o **Lobo** de Rizzo Advogados fortalece a prática de Societário, Fusões e Aquisições e reforça a estratégia de crescimento para os próximos anos. (Clique aqui)

Business

Queiroz Cavalcanti Advocacia assessora Moura Duboux em operação de Securitização. Negócio teve volume total de R\$ 250 mi. (Clique aqui)

Assessoria

Tauil & Chequer Advogados associado a Mayer Brown representou a Mineração Morro do Ipê na captação de recursos por meio de uma emissão de debêntures não conversíveis em ações, no valor de aproximadamente R\$ 600 milhões. (Clique aqui)

Baú migalheiro

Há 120 anos, em 12 de setembro de 1902, nasceu Juscelino Kubitschek de Oliveira, médico, político brasileiro e 21º presidente do Brasil. Nascido em Diamantina/MG, JK ingressou na Polícia Militar como médico no ano de 1931, trabalhando na Revolução Constitucionalista. Em 1951, foi eleito como governador de Minas Gerais e, em 1954, lançou sua candidatura à presidência da República para a eleição de 1955. Juscelino apresentou um discurso desenvolvimentista e utilizou como slogan de campanha "50 anos em 5". Como presidente, foi responsável pela construção de uma nova capital Federal, Brasília, executando assim um antigo projeto para promover o desenvolvimento do interior e a integração do país. (Compartilhe)

Sorteio

A obra "**Novidades** e Desafios da Lei de Licitações e Contratos Administrativos", coordenada por **Rodrigo** da Fonseca Chauvet, sócio do escritório **Trigueiro** Fontes Advogados, e **Cristiano** Borges Castilhos, é fruto de estudos e debates realizados pelo GDA - Grupo de Estudos de Direito Administrativo no decorrer do ano de 2021. O livro é cortesia dos coordenadores. (Clique aqui)

Novidades

Thomson Reuters - Revista dos Tribunais lança a obra "**Pareceres**", de autoria de **Luiz** Rodrigues Wambier, que reúne alguns dos pareceres emitidos ao longo dos últimos anos. (Clique aqui)

Alberto Faro, sócio na área de Infraestrutura do escritório **Machado** Meyer Advogados, assina o artigo "Nova Lei do Gás e a Importância do Financiamento ao Setor para Viabilização de novos projetos", do livro "**Gás** Canalizado - Novos rumos da Distribuição". A obra apresenta uma coletânea de artigos sobre o setor de gás natural e será lançada amanhã, às 18h30, na Livraria da Vila do Shopping JK Iguatemi, em SP (av. Juscelino Kubitschek, 2041).

Rafael Fontana, advogado sênior no escritório **Bueno** Barbosa Advogados Associados, acaba de lançar o livro "**Teoria** Geral dos Recursos e o Juízo de Admissibilidade do Agravo de Instrumento", pela Editora Juruá, com prefácio da professora Arlete Inês Aurelli, fruto da sua dissertação de mestrado em Processo Civil na PUC-SP. A obra já está nas livrarias e sites de venda pela internet e o lançamento oficial será realizado no dia 26/10, às 18h, na Livraria Travessa, em SP (rua dos Pinheiros, 513). (Clique aqui)

Migalhíssimas

Hoje, a sócia **Gabriela** Salerno, da banca **Montaury** Pimenta, Machado & Vieira de Mello Advogados, irá ministrar a aula "Processo Administrativo para Proteção de **Patentes** de Invenção e de Modelo de Utilidade", no Curso de Extensão da EMERJ - Escola da

Magistratura do Estado do Rio de Janeiro - "**Propriedade** Intelectual - Módulo I - **Propriedade** Industrial".

Claudia Maria Zeraik, delegada do grupo brasileiro da **AIPPI** (Associação Internacional para a Proteção da **Propriedade** Intelectual) e sócia da banca **Montaury** Pimenta, Machado & Vieira de Mello Advogados, está participando do "**AIPPI** World Congress 2022" em São Francisco. O evento, que termina hoje, traz especialistas de diferentes países e regiões para compartilhar e trocar ideias sobre várias áreas de **Propriedade** Intelectual. Já as sócias **Luana** Muniz de Barros e **Anna** Terra Calainho participam do "Encontro de Administradores e Profissionais de **Marcas** (TMAP) 2022", organizado pela INTA (**International** Trademark Association), em Arlington, Virgínia/EUA. O evento, que acontece até amanhã, trará sessões dinâmicas sobre desenvolvimento profissional e abordará temas atuais sobre marcas.

João Bosco Won Held Gonçalves de Freitas Filho, sócio-fundador do escritório **João** Bosco Filho Advogados e diretor da Escola Superior de Advocacia da 1ª Subseção da OAB/RJ, realiza hoje a abertura do evento "OAB de Portas Abertas". O objetivo é integrar alunos e recém-formados do curso de Direito à OAB. O evento, que tem organização e apoio das advogadas Carmen Carolina, Ellen Pickler, Renata Romanell e Rayssa Gargano, terá duração de três dias, com palestras pela manhã e noite.

A convite do Procon do município de Mesquita/RJ, **João** Bosco Won Held Gonçalves de Freitas Filho, sócio-fundador do escritório **João** Bosco Filho Advogados, participa hoje, a partir das 13h, do evento "Encontro sobre Defesa do Consumidor", com a palestra "Legitimidade nas ações coletivas".

Amanhã, a partir das 10h, **Rafael** Erlinger, advogado das áreas de Mercado de Capitais e M&A do escritório **Machado** Meyer Advogados, é um dos convidados do "Befly Tech Day", promovido pela

parceria das plataformas de inovação BeFly e Distrito. O evento trará especialistas C-level das áreas de tecnologia, inovação e turismo para apresentar painéis e avaliar pitches de diversas startups participantes. Informações, clique aqui.

Vice-presidente da **OAB/RJ** e sócia da banca **Basilio Advogados**, **Ana Tereza Basilio** participa amanhã, às 10h, junto com **Thais Fontes**, presidente da comissão de Mentoria Jurídica, e **José Roberto Mello Porto**, presidente da Comissão de Estudos em Processo Civil, da abertura de encontro virtual sobre "Como fundamentar com precedentes, jurisprudência e súmulas (Treinamento Permanente em Processo Civil)". A transmissão será pelo YouTube (mentoriaoabrj). Também amanhã, **Ana Tereza** estará, junto com **Luciano Bandeira**, presidente da seccional, no seminário que será transmitido pelo YouTube da OAB/RJ "Direito Militar na Prática: Lei Maria da Penha na Justiça Militar da União", com a participação de **Alessandra Wanderley**, presidente da comissão de Direito Militar. Em seguida, às 14h30, **Ana Tereza** dará palestra no evento presencial "LGBTQIA+ e a reparação da escravidão", que acontecerá no plenário **Evandro Lins e Silva**.

Amanhã, a próxima edição do "FAS+Simples", promovido pelo **FAS Advogados - Focaccia, Amaral e Lamônica Advogados**, às 11h, debaterá a relação dos bancos, fintechs e empresas de tecnologia com sindicatos. O encontro terá a participação de **Fernanda Borges** e **Cibele Valença**, sócias da área Trabalhista do escritório. (Clique aqui)

O escritório **Montaury Pimenta, Machado & Vieira de Mello Advogados** promove amanhã, às 11h, um webinar gratuito com o tema "Como se proteger da crescente ameaça de violações de PI online - experiências e dicas práticas". Durante o evento, especialistas irão debater sobre proteção de ativos de **Propriedade** Intelectual no universo online, a questão da configuração e gerenciamento de programas online de monitoramento e fiscalização da marca, além de dar dicas para começar a desenhar uma es-

tratégia de proteção. Entre os participantes estão o sócio, **Yuri Fancher Machado**, **Erika Scaffa**, gerente jurídica sênior da Whirlpool AS, e **Israel Vieira**, advogado sênior da Whirlpool SA. Inscrições, clique aqui.

Sócia da área de Direito Digital e Proteção de Dados do escritório **Machado Meyer Advogados**, **Juliana Abrusio** participa do "Movti Tech Trends". Organizado pela Movti Cloud Solutions, o evento acontece amanhã, às 16h, no hotel Blue Tree Premium, em SP, e abordará temas relacionados à tecnologia, à transformação digital, à cibersegurança e às tendências do setor.

No evento online de 15/9, os advogados **Marlus Arns de Oliveira (Arns de Oliveira & Andreazza Advogados Associados)** e **Theo Marés** conversarão sobre o tema "Expansão da mineração em Terras Indígenas". Acompanhe ao vivo, às 17h, nos perfis @marlusarns e @theomares do Instagram. Posteriormente, o evento online estará disponível no canal no YouTube da banca. (Clique aqui)

CQS/FV - Cesnik, Quintino, Salinas, Fittipaldi e Valerio Advogados discute os temas "Clearence no Audiovisual e Direito Tributário" na "Expocine 22". A convenção acontece de 20 a 23/9, no Cine Marquise e no Renaissance São Paulo Hotel, em SP. (Clique aqui)

Lívia Barboza Maia, sócia da banca **Denis Borges Barbosa Advogados**, é coordenadora do "Curso de Extensão em Fashion Law" da PUC-Rio. A 1ª turma do curso se inicia em outubro, em aulas online simultâneas (ao vivo). Inscrições, clique aqui.

É estudante de Direito? Tem interesse em Mercado de Capitais? Quer concorrer a R\$ 20 mil? O escritório **Loria e Kalansky Advogados** convida você para participar do "Desafio LK". As inscrições são gratuitas. (Clique aqui)

O advogado **Renato Dolabella**, sócio da banca

Dolabella Costa Campos Advocacia e Consultoria, será novamente um dos professores da Fundação Dom Cabral no programa "BASIS". A turma atual é oferecida pelo Instituto InterCement e terá a participação de organizações da sociedade civil dos Estados de SP, MG, BA, RS e MS. O advogado trabalhará com as entidades questões de governança para instituições sem fins lucrativos que atuam em áreas de interesse social. As organizações terão ainda módulos sobre captação de recursos, estratégia e gestão financeira, entre outros temas. Mais informações, clique aqui.

Aconteceu neste fim de semana a VIII edição da "Competição Sudeste de **Arbitragem** da CAMARB - Câmara de **Mediação** e **Arbitragem** Empresarial - Brasil", preparatória para a "Competição Brasileira de **Arbitragem**", que teve como um dos organizadores **Joaquim** de Paiva Muniz (**Trench** Rossi Watanabe). A edição envolveu 32 faculdades, mais de 100 alunos e quase 200 árbitros. A USP São Francisco foi a vencedora em final contra a UFMG. Final: USP x UFMG (clique aqui); Semifinal: USP x Universidade de Lisboa (clique aqui); Quartas de final: Unisinos x Faculdade Baiana (clique aqui). Resultados: campeã: USP São Francisco; vice: UFMG; semifinalistas: Universidade de Lisboa e Baiana; quartas de final: UFRGS, Unisinos, USP Ribeirão Preto e UFSC. Melhores Oradores: Waldyr Matheus Jorge Liberato - UFRGS, Alexandre Andreas Prieto Sauerwein - UFRGS e Livia Maria Fontenele Menezes - USP-LSF.

Com apoio institucional da ACE-Guarulhos - Associação Comercial e Empresarial de Guarulhos, o escritório **SABZ** Advogados e a FIA realizaram, em 1º/9, evento sobre "Sucessão em Empresas Familiares". O evento contou com o sócio da banca, **Kleber** Luiz Zanchim. (Clique aqui)

Araújo e Policastro Advogados foi reconhecido novamente pela excelência de sua prática na área Tributária nas categorias "General Corporate Tax" e "Indirect Tax" na edição 2023 do guia "World Tax".

(Clique aqui)

Evolucionismo

O "Evolucionismo - A Escola do Recife" é o tema do webinar que acontece hoje, a partir das 11h, pelo canal **TVIAB** no YouTube. Participe! (Clique aqui)

Master Class

IBDP - Instituto Brasileiro de Direito Processual promove hoje, às 17h, uma "Master Class" online e gratuita, sobre a relevância da questão federal no Recurso Especial ao STJ. Ministrada por **Teresa Arruda Alvim** (**Arruda** Alvim, Aragão, Lins & Sato Advogados) e Daniel Mitidiero, a aula será apresentada por Cássio Scarpinella Bueno e terá **mediação** de **Rogéria Dotti** (**Dotti** Advogados). O encontro abre caminho para as "Jornadas de Direito Processual do IBDP", a serem realizadas de 23 a 25/10, em Gramado/RS. (Clique aqui)

Encontros

FGV Direito Rio promove hoje e quinta-feira, às 18h, encontros com coordenador dos cursos de Mestrado e Doutorado. O evento terá transmissão pelo YouTube da FGV. (Clique aqui)

Direito Processual Civil

De 26 a 28/9, às 19h, **AASP** promove o curso híbrido "Recursos cíveis no Tribunal de Justiça". Concorra a uma vaga-cortesia online. (Clique aqui)

Gestão jurídica

A **Radar** - Gestão para Advogados possui a "RadarCONSULTORIA", que dispõe de soluções em consultoria para todas as áreas de escritório ou departamento jurídico, com soluções assertivas e que já beneficiou mais de 450 clientes de portes variados. Entre em contato com a Juliane Loss, aqui.

Inglês Jurídico

PUC-SP promove o curso de especialização online "Inglês Jurídico: Tópicos de Direito Civil Comparado". Inscreva-se! ([Clique aqui](#))

Viva!

Sorteio de obra: Os ganhadores da obra "A Filosofia de Sucesso na Advocacia" (**Atlas** - 232p.), de autoria de **Bruno** Pedro Bom e **Sergio** Rodrigo Russo Vieira ([clique aqui](#)), são:

Leonardo Buda, de **SP**; e **Joseval** Rodrigues Moreira, de **Taguatinga/DF**.

Fomentadores

Clique aqui para conhecer todos os Fomentadores do **Migalhas**

Mural Migalhas - Oportunidade de trabalho

Sempre que se busca uma cidade no site Migalhas, procurando-se um correspondente jurídico, e não se encontra, o sistema nos avisa e, aí, nasce uma oportunidade. Ei-la abaixo, atualizada diariamente: é o rol de cidades nas quais há emergente necessidade de um profissional, mas não há, ainda, nenhum migalheiro cadastrado:

CE/Massapê

MA/São João do Carú

PB/Condado

SC/São Lourenço do Oeste

Se você quer se candidatar para eventualmente atender quem procura, [clique aqui](#).

Migalhas Clipping

CartaCapital "Celebração criminosa"

IstoÉ Dinheiro "O megashow das marcas"

Veja "Um nobre legado"

IstoÉ "A rainha. Um legado. Uma era"

The New York Times - EUA "Stunned Moscow Admits To Losing Most Of Kharkiv"

The Washington Post - EUA "Liberated villagers tell of troops fleeing"

Le Monde - França "L'Ukraine lancée à la reconquête de son territoire"

Corriere Della Sera - Itália "Nuova avanzata di Kiev"

Le Figaro - França "Charles III, le roi qui veut rénover la monarchie"

Clarín - Argentina "La Iglesia busca despegarse de la misa del kirchnerismo en la basílica de Luján"

El País - Espanha "Muere el escritor Javier Marías"

Público - Portugal "Prestação da casa arrisca subir mais de 100 euros nos créditos mais altos"

Die Welt - Alemanha "Ukrainische Soldaten drängen Putins Armee weiter zurück"

The Guardian - Inglaterra "The Queen begins her final journey"

O Estado de S. Paulo - São Paulo "Gasto com Auxílio Brasil de R\$ 600 chegará a 1,5% do PIB"

Folha de S. Paulo - São Paulo "Militares farão apuração paralela em 385 urnas"

O Globo - Rio de Janeiro "Empresas vão pagar portos

Continuação: MIGALHAS nº 5.434

e aeroportos com dívidas da União"

vestem em agenda no Grande Recife"

Estado de Minas Gerais - Minas Gerais "Calor bate recorde. E vai piorar"

Atualizado em: 12/9/2022 10:23

Correio Braziliense - Brasília "TSE proíbe Bolsonaro de usar imagens do 7 de Setembro"

Zero Hora - Porto Alegre "Setor de bares e restaurantes do RS ganha fôlego e contrata 3,1 mil"

O Povo - Ceará "Mandados de prisão por não pagamento de pensão disparam em 2022"

Jornal do Commercio - Pernambuco "Candidatos in-

OPEX® Corporation continua a fazer valer sua propriedade intelectual ao registrar novas queixas por quebra de patente

MOORESTOWN, Nova Jersey, September 12, 2022--(BUSINESS WIRE)--OPEX Corporation, um fornecedor com liderança em soluções inovadoras de automação de armazéns, documentos e correio, anunciou hoje que registrou queixas por **violação** de patentes na Comissão de Comércio Internacional dos Estados Unidos (ITC) e no Tribunal Distrital dos Estados Unidos para o Distrito Leste da Pensilvânia contra a HC Robotics (também conhecida como Huicang Information Technology Co., Ltd.) da Cidade de Hangzhou, China ("HC Robotics") e Invata, LLC (d/b/a Invata Intralogistics) de Conshohocken, Pensilvânia ("Invata") com base na sua fabricação, utilização, oferta para venda, venda e/ou importação infratoras de paredes de colocação automatizadas e sistemas automatizados de armazenamento e recuperação, veículos associados, software de controle associado e seus componentes.

Este é o segundo conjunto de ações de **violação** de patente movidas pela OPEX contra estes grupos.

A HC Robotics e a Invata e já concordaram em parar de vender um sistema de classificação automatizada de primeira geração ("Omnisort") nos EUA, com base nos processos iniciais da OPEX. Esses mesmos processos por infração estão em andamento com relação à segunda geração do sistema de classificação da HC Robotics.

O segundo conjunto de ações da OPEX contra a HC Robotics e a Invata são direcionados à importação e venda infratoras do sistema de segunda geração, e são baseados em patentes da OPEX emitidas mais recentemente.

A OPEX oferece soluções dinâmicas de atendimento de comércio eletrônico que utilizam robôs de armazém escaláveis para oferecer velocidade e pre-

cisão, e agilizar a cadeia de fornecimento, desde o armazenamento e coleta de estoque até a classificação e o envio. Além disso, a OPEX oferece tecnologia de micropreenchimento que otimiza o espaço e ajuda a executar a última milha de entrega impecável, e oferece soluções de logística reversa que aprimoram devoluções, operações de câmbio e receita com máxima rapidez e mão de obra reduzida.

Continue lendo

Na ação de reclamação da ITC, a OPEX afirma que a HC Robotics e a Invata infringem duas **patentes** OPEX que são direcionadas aos produtos Sure Sort® e Perfect Pick® da OPEX e seus veículos iBOT® associados. Ao comentar sobre as ações, James Liebler, vice-presidente de Assuntos Corporativos e Jurídicos da OPEX Corporation, disse: "A OPEX esteve e continua comprometida em trazer sistemas inovadores de automação de armazéns ao mercado. Respeitamos a propriedade intelectual dos outros fabricantes e esperamos que os outros respeitem a nossa também. Pretendemos defender vigorosamente nossa propriedade intelectual e vamos tomar as medidas necessárias para tratar de condutas infratoras."

Sobre a OPEX

OPEX Corporation fornece a Automação de Próxima Geração, que inclui soluções de automação para armazéns, documentos e correio para clientes do mundo inteiro. Com sede em Moorestown, Nova Jersey - e instalações em Pennsauken, Nova Jersey, Plano, Texas (metrô de Dallas), França, Alemanha, Suíça, Austrália e Reino Unido - a OPEX tem mais de 1.600 funcionários que assumiram o compromisso de reimaginar e entregar soluções de tecnologia inovadoras, escaláveis e exclusivas para solucionar os desafios das empresas atuais.

Continuação: OPEX® Corporation continua a fazer valer sua propriedade intelectual ao registrar novas queixas por quebra de patente

O texto no idioma original deste anúncio é a versão oficial autorizada. As traduções são fornecidas apenas como uma facilidade e devem se referir ao texto no idioma original, que é a única versão do texto que tem efeito legal.

Contacts

Colleen Ciak

cciak@opex.com

Ver a versão original em [businesswire.com](https://www.businesswire.com): [https://w](https://www.businesswire.com/news/home/20220912005721/pt/)

856.727.1100

www.businesswire.com/news/home/20220912005721/pt/

Índice remissivo de assuntos

Pirataria

3, 6

Propriedade Intelectual

3, 15

Direitos Autorais

6

Arbitragem e Mediação

8, 10, 15

Marco regulatório | INPI

12

Patentes

15, 25

Propriedade Industrial

15

Entidades

15